

22.03.2017 – 14h00

Relatório da audição

Entidade: Associação Portuguesa de Linguística

Recebido por: Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

Assunto: Avaliação do impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, Deputado José Carlos Barros, deu as boas vindas à Presidente da Associação Portuguesa de Linguística, Professora Doutora Isabel Falé, e ao Professor Doutor Mário Filipe Silva, especialista em política da língua, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhes de seguida a palavra para fazer a sua introdução inicial.

De entre os aspetos salientados, destacam-se os seguintes:

- Que o processo que envolve o Acordo Ortográfico (AO) é bem revelador da paixão que os portugueses sentem pela sua língua, apesar de esse sentimento não ter o mesmo acolhimento por parte dos decisores políticos;
- Que existe uma grande indefinição em termos de tutela no que se refere às questões normativas da língua;
- Que é um erro crasso dizer que a ortografia e a língua são a mesma coisa: enquanto que a língua expressa-se primariamente através da oralidade, pertence aos falantes, que a usam e mudam, a ortografia vai buscar alguns critérios e algumas características- base dessa língua para se reger;
- Que as posições mais radicalizadas e mais tradicionalistas olham para a ortografia como algo que tem de espelhar a história da própria língua, enquanto outras defendem que ela tem de ser mais transparente, facilitando o processo da sua aprendizagem e leitura;
- Que o Acordo Ortográfico resultou de uma iniciativa política e teve como objetivo a uniformização da representação gráfica das variedades do português faladas nos países subscritores para que pudesse ser uniformizado e ter expressão nas instâncias internacionais;
- Que o processo que envolve o AO ainda não está concluído, não sendo adequado estar a introduzir-lhe agora alterações. Antes de mais, é necessário estabilizar o processo e que os países subscritores façam uma reflexão conjunta acerca das melhorias a introduzir;
- Que qualquer alteração introduzida agora teria impactos negativos ao nível quer do sistema educativo, quer da relação com os outros países, quer a nível económico;

- Que, do ponto de vista técnico, o AO apresenta incongruências e ambiguidades mas que não invalidam o mérito do seu todo, muitas das quais serão esclarecidas e sanadas após a publicação e disponibilização gratuita dos instrumentos normativos que completam o Acordo, sejam os vocabulários ortográficos nacionais seja o vocabulário ortográfico comum;
- Que o Vocabulário Ortográfico Comum (VOC), que tem exigido da parte de todos os especialistas um grande esforço, vai de facto contribuir para a harmonização e esclarecer as dúvidas existentes;
- Que a junção de oito vocabulários ortográficos nacionais num Vocabulário Ortográfico Comum, e que abrange tudo o que é comum aos vários países subscritores, ficando o que é específico a cada devidamente assinalado, foi e tem sido uma tarefa extremamente complexa;
- Que o VOC tem versões específicas para cada país, refletindo as fontes, a frequência e as propriedades das formas mais representativas de cada país, estando disponível *online* e sendo um dos momentos importantes da consolidação e aplicação do AO.

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados José Carlos Barros (PSD), Diogo Leão (PS), Jorge Campos (BE) e Ana Mesquita (PCP), usando depois a palavra os representantes da Associação Portuguesa de Linguística para prestar alguns esclarecimentos.

Sumarizando as suas respostas, adiantaram que:

- O AO não é perfeito, pode ser melhorado, tem algumas questões mais problemáticas e outras que o são menos, mas isso não invalida a sua aplicação e a introdução de alterações quando todo o processo estiver concluído;
- Que essas propostas de alteração serão apresentadas no seio das reuniões das comissões de cada país e apreciadas por todos os países subscritores, tentando nesse fórum conciliar as diferentes posições para que nenhum deles se possa sentir prejudicado;
- Tendo em conta a relevância nacional e internacional da língua portuguesa, a ALP defende que deveria ser criada uma única entidade com capacidade decisora que pudesse conceder uma política de língua portuguesa integrada e defender a preservação do património linguístico português.

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a sua presença e os esclarecimentos pertinentes prestados, dando depois por terminados os trabalhos.

A gravação da audiência encontra-se disponível na página *internet* da Comissão

Palácio de São Bento, 22 de março de 2017

A assessora da Comissão,

Maria Mesquitela